CORREIO DE PERNAMBUCO

JORNAL NO FORMATO DIGITAL E ON LINE

Ano: I • Edição:33 • Sábado, 25 de Julho de 2026 • Periodicidade: BI-SEMANAL • Distribuição Dirigida • Diretor Presidente: Antônio Ricardo Accioly Campos

PERNAMBUCO REDUZ ASSASSINATOS,

APONTA ANUÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA



DIVULGAÇÃO

PÁG. 4



Reencontro emocionante: policiais que salvaram bebê de engasgo celebram primeiro mês de vida de Helena Vitória PÁG. 2



Com investimento de R$ 14,3 milhões, Governo do Estado realiza pagamento do benefício do Programa Chapéu de Palha para trabalhadores da cana-de-açúcar PÁG. 2

ARTIGOS



ANTÔNIO CAMPOS
ADVOGADO

O protagonismo das casas paralelas na Flip PÁG. 5

"Temos que tratar bet igual tratamos cigarro", diz Ministro da Fazenda" PÁG. 3



Exportações do Nordeste para a União Europeia crescem 16,3% após acordo Mercosul-UE; PÁG. 3



TCE aponta nível grave na vacinação em quatro cidades da Região Metropolitana do Recife PÁG. 3



Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF)



Antonio Campus, advogado, escritor, Membro da Academia Pernambucana de Letras

Democracia está nas mãos do povo, não em palácios", diz Cármen Lúcia, durante palestra na Flip PÁG. 4

Reencontro emocionante: policiais que salvaram bebê de engasgo celebram primeiro mês de vida de Helena Vitória

DIVULGAÇÃO



O primeiro mês de vida de Helena Vitória foi marcado por emoção, gratidão e uma visita especial. Os policiais militares que salvaram a recém-nascida após um episódio de engasgo com obstrução das vias aéreas voltaram à casa da família para celebrar a recuperação da menina e reencontrar a criança que, segundo eles, representa uma das ocorrências mais marcantes da carreira.

O caso aconteceu na última terça-feira, na residência da família, em Mora, na Zona Sul do Recife, quando Helena sofreu o engasgo. Em meio ao desespero dos pais, os policiais do Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur) foram acionados e realizaram os procedimentos de emergência que conseguiram preservar a vida da bebê.

Os soldados Arantes, Dias Silva e Azevedo Neto foram os responsáveis pelo atendimento e receberam a família novamente em um momento de celebração. Durante a visita, Helena ganhou o título honorífico de Policial Militar Mirim do BPTur, uma homenagem simbólica da corporação.

O tenente-coronel Cézar Belo, comandante do BPTur, destacou que a homenagem representa o vínculo criado entre a família e a Polícia Militar após o episódio.

"Estamos dando esse título para uma criança que agora será nossa madrinha da corporação. Jamais iremos esquecer desse momento. Ela tem muito futuro pela frente e nós conseguimos ajudar a garantir a continuidade da vida dela."

O comandante também ressaltou a importância do preparo dos policiais para situações de emergência.

"A Polícia Militar está sempre preparada para agir nessas situações de emergência e preservação da vida. Esse foi um momento de homenagear Helena e enaltecer a confiança da família na gente, registrando esse primeiro mês dela com muita saúde e amor."

Durante a visita, os policiais receberam o carinho da família e relembraram os momentos de tensão vividos no dia do resgate. O soldado Azevedo Neto, um dos responsáveis pelo atendimento, classificou a ocorrência como uma das mais importantes da carreira.

"Foi gratificante chegar aqui e ver Helena comemorando o primeiro mês de vida. No momento que a encontramos, nós tivemos que colocar em prática o que aprendemos na escola e no dia a dia do trabalho. Foi uma ocorrência melhor que todas as outras porque tivemos o retorno positivo na hora, percebendo que salvamos uma vida."

Para os pais da menina, Pammella Gabrielly e Cláudio Vinícius, o reencontro trouxe sentimentos de alívio, gratidão e felicidade.

"O sentimento é de alívio, gratidão e felicidade. Minha filha nasceu de novo. Ela saiu daqui praticamente sem vida, mas os policiais fizeram as manobras corretamente para salvá-la. Estar com minha filha aqui, contando essa história, é muito importante", afirmou a mãe.

Pammella também destacou a confiança depositada nos policiais durante o momento de maior dificuldade.

"Quando a gente levou Helena para o núcleo, eles fizeram a manobra corretamente. Na terceira vez, ela chorou e eu fiquei mais calma. Minha filha nasceu de novo ali."

A mãe ainda agradeceu a atuação dos militares e deixou uma mensagem para outras famílias.

"Meu recado para as pessoas é que confiem sempre na Polícia Militar."

O reencontro terminou com uma homenagem à pequena Helena Vitória, que passou a ser considerada um símbolo da importância do treinamento, da rapidez e da atuação humanizada dos profissionais de segurança pública. Para os policiais envolvidos, rever a bebê saudável foi a confirmação de que aquela missão cumprida ficará marcada para sempre.

Com investimento de R$ 14,3 milhões, Governo do Estado realiza pagamento do benefício do Programa Chapéu de Palha para trabalhadores da cana-de-açúcar

DIVULGAÇÃO



O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional (Seplag-PE), iniciou o pagamento do segmento da Cana-de-Açúcar do Programa Chapéu de Palha, com um investimento total de R$ 14,3 milhões. O benefício, no valor de R$ 373,08, será pago em cinco parcelas, ao longo de quatro meses, e contempla trabalhadores de 55 municípios das Zonas da Mata Norte e Sul.

Para receber o auxílio, os beneficiários precisam apresentar apenas um documento oficial com foto, como a Carteira de Identidade Nacional (CIN) ou a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), além do Cadastro de Pessoa Física (CPF), em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, conforme o cronograma baseado no mês de aniversário. Os nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril já começaram a receber o benefício.

"É importante que os beneficiários fiquem atentos à documentação exigida e ao cronograma de pagamentos. Neste mês, os nascidos em janeiro, fevereiro, março e abril já começaram a receber; os de maio e junho receberão nesta quarta-feira; os de julho e agosto, na quinta-feira; os de setembro e outubro, na sexta-feira; e os de novembro e dezembro, na próxima segunda-feira", disse o coordenador do Programa Chapéu de Palha e gerente-geral de Articulação Institucional da Seplag-PE, Marcos Alves. O Chapéu de Palha também beneficia trabalhadores da fruticultura irrigada e da pesca artesanal. Em 2026, o investimento total nos três segmentos do programa é de R$ 26,5 milhões.

Os beneficiários podem obter mais informações pelo telefone 0800.282.5158. O atendimento funciona das 8h às 12h e das 13h às 17h. Fotos: Ed Machado/Governo de Pernambuco

EXPEDIENTE

CORREIO DE PERNAMBUCO

PRESIDÊNCIA
Antônio Ricardo Accioly Campos - camposad@camposadvogados.com.br

EDITOR-CHEFE
Dyogo Bastos - Jornalista - DRT-6259-PE - dyogobastos.imprensa@gmail.com

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO
Real Digital Publisher Ltda - realdigitalpublisher@gmail.com

EDIÇÃO GERAL
Ponte Nova Editora e Distribuidora de Livros
CNPJ: 44.434.406/0001-58
Endereco: Av. José Augusto Moreira, 500, Casa Caiada, Olinda- PE

CENTRAL DE ATENDIMENTO:
Tel.: (81) 9.8180.5558 - redecorreionoticias@gmail.com

ESTAMOS ONLINE:
www.redecorreionoticias.com.br
www.correiodorecife.com.br
www.correiopernambuco.com.br
www.portalmarimdoscaetes.com.br
www.correiodolitoralnortepe.com.br
www.correiojoaopessoa.com.br
www.jornalodiape.com.br

Os artigos e informações vinculados são de responsabilidade de seus autores e anunciantes. Artigos de terceiros não são remunerados. É proibida a reprodução total ou parcial de anúncios ou matérias sem a devida autorização.

"Temos que tratar bet igual tratamos cigarro", diz Ministro da Fazenda"

O Ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou nesta sexta-feira (24) que o governo federal pretende endurecer as regras para o mercado de apostas esportivas e defendeu que as bets passem a receber tratamento semelhante ao dado aos cigarros. A declaração foi feita durante participação na Expert XP 2026, em São Paulo, um dos principais eventos de economia e mercado financeiro do país.

Segundo Durigan, o governo não pretende proibir as apostas esportivas, mas ampliar os mecanismos de controle, restringir a publicidade e reduzir os impactos sociais provocados pelo crescimento acelerado do setor.

"Temos que tratar bet igual tratamos cigarro. Temos que ir tratando com controle", afirmou o secretário-executivo da Fazenda. Durante o debate, Durigan destacou que as empresas autorizadas a operar no Brasil precisam cumprir rigorosamente as exigências legais, incluindo o pagamento das outorgas, o recolhimento de tributos e o compartilhamento de informações com o governo para fortalecer a fiscalização do setor.

O ministro afirmou ainda que a regulamentação busca proteger principalmente pessoas em situação de vulnerabilidade



financeira, diante do crescimento do número de brasileiros que comprometem parte significativa da renda com apostas on-line.

Segundo ele, o governo avalia novas medidas para limitar a exposição da população à publicidade das plataformas de apostas, seguindo um modelo semelhante ao adotado para produtos considerados nocivos à saúde, como o cigarro. A intenção é reduzir o incentivo ao jogo, principalmente entre jovens e pessoas endividadas.

GOVERNO DEFENDE REGULAMENTAÇÃO MAIS RÍGIDA

A regulamentação das apostas de quota fixa entrou em vigor este ano e estabeleceu regras para a atuação das empresas no país, incluindo autorização de funcionamento, exigências de integridade, combate à lavagem de dinheiro e mecanismos de proteção aos apostadores.

NA AVALIAÇÃO DE DURIGAN, O PROCESSO AINDA PRECISA AVANÇAR.

> "As empresas têm que pagar outorga, pagar impostos e informar ao governo todas as apostas realizadas", reforçou o secretário durante o evento.

Ele também destacou que o Executivo acompanha os impactos econômicos e sociais das apostas esportivas, sobretudo no orçamento das famílias brasileiras, e que novas medidas poderão ser adotadas para fortalecer a proteção dos consumidores.

DEBATE CHEGA AO JUDICIÁRIO

A regulamentação das bets também vem sendo discutida na Justiça. Em Pernambuco, o advogado e escritor Antônio Campos ingressou com uma ação na Justiça Federal questionando aspectos do modelo de regulamentação e defendendo maior rigor na fiscalização das plataformas de apostas.

Na ação, Antônio Campos sustenta que o crescimento das bets exige controles mais rígidos para proteger consumidores, evitar prejuízos sociais e assegurar o cumprimento dos princípios constitucionais relacionados à proteção da população e ao interesse público.

Exportações do Nordeste para a União Europeia crescem 16,3% após acordo Mercosul-UE; Pernambuco lidera vendas de frutas

Os primeiros resultados do acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia já começam a refletir nas exportações nordestinas. Entre maio e junho de 2026, as vendas da região para o mercado europeu somaram US$ 782,5 milhões, um crescimento de 16,3% em relação ao mesmo período do ano passado. Os dados são do sistema Comex Stat, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC).

Embora o levantamento considere apenas os dois primeiros meses de vigência provisória do acordo, especialistas avaliam que os números confirmam o potencial de expansão do comércio entre os dois blocos e reforçam a posição estratégica do Nordeste no mercado internacional.

Entre os estados nordestinos, Pernambuco se destacou nas exportações de frutas e nozes, que movimentaram US$ 32,2 milhões no período. O desempenho mantém a tendência observada em 2025, quando mangas, uvas e limões consolidaram os Países Baixos como um dos principais destinos dos produtos pernambucanos. Mais da metade das exportações do Estado para a União Europeia continua concentrada nesse segmento.

O Rio Grande do Norte também manteve forte presença no mercado europeu. As exportações de frutas alcançaram US$ 6,6 milhões, impulsionadas principalmente por melões, melancias e mamões, que seguem entre os principais produtos da pauta exportadora potiguar.

Na Paraíba, o destaque foi a ampliação das vendas de sucos e frutas processadas, que passaram a superar setores tradicionalmente fortes, como o de calçados, ampliando a participação do estado nas exportações destinadas ao bloco europeu.

Já o Maranhão concentrou suas exportações na celulose, responsável por US$ 104,5 milhões em embarques durante o bimestre. O produto continua sendo o principal item da pauta exportadora maranhense para a Europa, seguido por soja, alumínio e derivados vegetais.

DIVULGAÇÃO



Na Bahia, a pauta é mais diversificada. Os farelos de soja lideraram as vendas externas, com US$ 90,5 milhões, seguidos pelos minérios de cobre, com US$ 83,8 milhões. Celulose, soja e café também registraram desempenho expressivo no mercado europeu.

ACORDO AMPLIA OPORTUNIDADES

O acordo entre Mercosul e União Europeia começou a ser aplicado provisoriamente em 1º de maio de 2026. O tratado prevê a redução gradual ou eliminação de tarifas para milhares de produtos comercializados entre os dois blocos, criando uma das maiores áreas de livre comércio do mundo.

Embora ainda dependa de etapas de ratificação na Europa, a aplicação provisória já beneficia diversos setores do agronegócio e da indústria brasileira.

Levantamento da ApexBrasil mostra que, considerando todo o país, as exportações brasileiras para a União Europeia cresceram 26% em maio e junho, o equivalente a um aumento de aproximadamente US$ 2 bilhões em relação ao mesmo período de 2025.

Especialistas avaliam que o crescimento pode ganhar ainda mais força nos próximos meses, à medida que empresas brasileiras ampliem sua presença no mercado europeu e aproveitem as vantagens tarifárias previstas no acordo.

TCE aponta nível grave na vacinação em quatro cidades da Região Metropolitana do Recife

Um levantamento do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) acendeu um alerta para a situação da vacinação na Região Metropolitana do Recife (RMR). De acordo com o novo Índice de Fiscalização do Programa Nacional de Imunizações (IFPNI), os municípios de Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Paulista e Cabo de Santo Agostinho permanecem em nível grave na execução do Programa Nacional de Imunizações (PNI), apesar da melhora registrada em Pernambuco como um todo.

O estudo mostra que, embora o Estado tenha avançado desde a primeira fiscalização realizada em 2023, as maiores cidades da RMR ainda enfrentam dificuldades para oferecer uma estrutura adequada aos serviços de vacinação.

Entre os municípios avaliados, Olinda apresentou o pior desempenho da Região Metropolitana, com índice de 58,67. Em seguida aparecem Paulista (63,43), Cabo de Santo Agostinho (63,27) e Jaboatão dos Guararapes (65,94), todos classificados no nível grave.



Já o Recife foi enquadrado no nível moderado, com índice de 82,82. Também ficaram nessa faixa Camaragibe (75,84), Abreu e Lima (75,95), Igarassu (75,18) e São Lourenço da Mata (75,06). Apenas Moreno (86,77) e Araçoiaba (85,39) alcançaram classificação considerada satisfatória entre os municípios da I Gerência Regional de Saúde (I GERES).

ESTADO APRESENTA EVOLUÇÃO

Apesar do cenário preocupante em parte da RMR, o levantamento aponta avanços importantes em Pernambuco. O número de municípios classificados como satisfatórios mais que dobrou, passando de 23 em 2023 para 49 em 2025. Outro destaque foi o município de Alagoinha, no Agreste, que se tornou o primeiro do Estado a alcançar o nível desejável, considerado o mais alto da classificação, com índice de 95,16. Em 2023, nenhuma cidade havia atingido esse patamar. O estudo também mostra redução dos municípios nas situações mais preocupantes. As cidades classificadas como graves caíram de 71 para 57, enquanto aquelas em nível crítico diminuíram de 20 para apenas cinco: Xexéu, Ilha de Itamaracá, Chã de Alegria, Correntes e Orocó.

COMO FUNCIONA O ÍNDICE

Desenvolvido pelo TCE-PE em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o IFPNI não mede diretamente a cobertura vacinal da população. O indicador avalia se os municípios oferecem condições adequadas para o funcionamento do Programa Nacional de Imunizações.

A fiscalização considera quatro aspectos principais:

- estrutura física das salas de vacinação;
- equipamentos para armazenamento e conservação dos imunizantes;
- equipes de saúde;
- processos de trabalho desenvolvidos nas unidades.

Com base nesses critérios, os municípios são classificados nos níveis Desejável, Satisfatório, Moderado, Grave ou Crítico.

AVANÇOS E DESAFIOS

O relatório aponta melhorias na infraestrutura das salas de vacinação, como aumento de quase 41% na disponibilidade de equipamentos obrigatórios, crescimento de 11% no fornecimento de energia de emergência, expansão de 27% na manutenção dos equipamentos de conservação dos imunizantes e aumento de 9% na disponibilidade de vacinas nas unidades de saúde. Também houve crescimento superior a 12% na substituição de refrigeradores domésticos por câmaras refrigeradas específicas para vacinas.

Por outro lado, o TCE identificou redução de 2,78% no número de enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem envolvidos diretamente na vacinação infantil. Também foram registradas quedas nas ações de mobilização da população, na vacinação em escolas e creches e na supervisão periódica das salas de vacinação, fatores considerados fundamentais para ampliar a cobertura vacinal.

Democracia está nas mãos do povo, não em palácios", diz Cármen Lúcia, durante palestra na Flip

O advogado e escritor Antônio Campos acompanhou, nesta sexta-feira (24), a participação da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, na 24ª Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). A magistrada participou da mesa "Estado de sítio, estado de sido, estase" e também lançou o livro Pela mão do povo: Democracia e voto no Brasil, obra que resgata a trajetória do voto e da construção democrática no país.

Durante a palestra, Cármen Lúcia fez uma defesa enfática da democracia e destacou que sua preservação depende da participação da sociedade. "A democracia está em nossas mãos. Não está nos palácios, não está nos gabinetes", afirmou a ministra,

DIVULGAÇÃO



Cármen Lúcia, ministra do Supremo Tribunal Federal (STF)



Antonio Campus, advogado, escritor, Membro da Academia Pernambucana de Letras

ressaltando que o compromisso democrático deve ser exercido diariamente pelos cidadãos.

Em outro momento da conferência, a ministra ampliou a reflexão ao afirmar que a democracia extrapola as instituições e se manifesta nas relações cotidianas.

"Democracia é modelo e prática de convivência humana. Não se acanha nos ambientes institucionais dos Estados, não começa nem termina na política. Na vida pode-se praticar ou não a democracia. Mas em todas as experiências com outros viventes (conviventes) há espaços de liberdade onde se constrói a democracia", declarou.

Cármen Lúcia também destacou o papel da cultura e da literatura na preservação das liberdades democráticas. "O ditador não gosta da arte", afirmou, ao defender que a produção artística e literária representa uma das expressões mais importantes da liberdade de pensamento.

Ao apresentar seu novo livro, a ministra ressaltou que a história do voto no Brasil é também a história da conquista da cidadania e da ampliação dos direitos políticos, defendendo a memória democrática como instrumento para fortalecer as instituições e evitar retrocessos.

Após acompanhar a conferência, Antônio Campos destacou a relevância do debate promovido pela Flip.

"A ministra Cármen Lúcia fez uma palestra de elevada densidade intelectual. Sua reflexão sobre democracia, cidadania, literatura e o voto reforça que as instituições democráticas precisam ser preservadas diariamente. Foi uma das mais importantes conferências desta edição da Flip", afirmou.

Para Antônio Campos, a presença da ministra reafirma o papel da Festa Literária Internacional de Paraty como um espaço de reflexão sobre os grandes temas nacionais.

"A Flip demonstra que a literatura dialoga com o direito, a política, a história e a cultura. A presença de Cármen Lúcia e o lançamento de uma obra dedicada à história do voto mostram que o conhecimento é um instrumento essencial para a defesa da democracia e da cidadania", concluiu.

Pernambuco reduz assassinatos, aponta Anuário de Segurança Pública



Pernambuco registrou queda no número de assassinatos em 2025, mas continua entre os estados com os maiores índices de violência letal do país. É o que revela o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O levantamento coloca o estado na quinta posição nacional em taxa de Mortes Violentas Intencionais (MVIs), atrás apenas do Amapá, Bahia, Ceará e Alagoas.

Segundo o estudo, Pernambuco contabilizou 3.295 mortes violentas intencionais no ano passado, contra 3.529 registradas em 2024, o que representa uma redução de 6,6%. A taxa passou de 37,3 para 34,6 mortes por grupo de 100 mil habitantes, desempenho melhor que o do ano anterior, mas ainda muito acima da média brasileira, que ficou em 20,8 mortes por 100 mil habitantes.

As Mortes Violentas Intencionais englobam homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios e lesões corporais seguidas de morte, sendo consideradas o principal indicador da violência letal no país.

TRÁFICO DE DROGAS CONTINUA IMPULSIONANDO A VIOLÊNCIA

Apesar da redução dos homicídios, o Anuário aponta que a violência em Pernambuco continua fortemente ligada à atuação do crime organizado. O tráfico de drogas e as disputas entre facções pelo controle de territórios para comercialização de entorpecentes permanecem entre os principais fatores responsáveis pelos assassinatos registrados no estado.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os conflitos entre grupos criminosos, aliados à circulação de armas de fogo e à disputa por rotas e pontos de venda de drogas, seguem alimentando os elevados índices de violência, principalmente na Região Metropolitana do Recife e em municípios considerados estratégicos para o tráfico.

Especialistas avaliam que, embora as políticas de segurança pública tenham contribuído para reduzir os homicídios, o enfrentamento ao crime organizado continua sendo um dos maiores desafios para diminuir de forma consistente os índices de violência.

TRÊS CIDADES PERNAMBUCANAS ENTRE AS MAIS VIOLENTAS DO PAÍS

O levantamento também mostra que Pernambuco continua concentrando municípios entre os mais violentos do Brasil.

O Cabo de Santo Agostinho, na Região Metropolitana do Recife, aparece na 9ª colocação do ranking nacional, com 69,5 mortes violentas por 100 mil habitantes.

Também figuram entre as 20 cidades mais violentas do país São Lourenço da Mata, na 18ª posição, com taxa de 59,8 mortes por 100 mil habitantes, e Jaboatão dos Guararapes, em 20º lugar, com 58,7 mortes por 100 mil habitantes.

O ranking considera apenas municípios com mais de 100 mil habitantes.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER SEGUE EM ALTA

Além da violência letal, o anuário chama atenção para o crescimento dos registros de violência contra mulheres. Casos de violência doméstica, ameaças e pedidos de medidas protetivas continuam aumentando em Pernambuco, refletindo uma tendência observada em todo o país.

Para os pesquisadores, parte desse crescimento está relacionada ao aumento das denúncias e ao fortalecimento dos mecanismos de proteção às vítimas, embora os números também revelem a persistência desse tipo de crime.

BRASIL REGISTRA MENOR NÚMERO DE MORTES VIOLENTAS

Em âmbito nacional, o Brasil registrou 39.210 Mortes Violentas Intencionais em 2025, o menor número desde o início da série histórica do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Mesmo assim, o relatório aponta que a violência permanece concentrada principalmente nas regiões Norte e Nordeste, onde as disputas entre facções criminosas, o tráfico de drogas e a expansão das organizações criminosas continuam exercendo forte influência sobre os índices de homicídios.

COMO É ELABORADO O LEVANTAMENTO

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública é produzido anualmente pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em dados oficiais enviados pelas secretarias estaduais de Segurança Pública, polícias civis, polícias militares e demais órgãos responsáveis pela produção das estatísticas criminais. Além das Mortes Violentas Intencionais, o estudo reúne indicadores sobre feminicídios, violência sexual, roubos, furtos, atuação policial, sistema prisional e políticas públicas voltadas à segurança, servindo como uma das principais referências para o diagnóstico da criminalidade no Brasil.



ARTIGO

POR ANTÔNIO CAMPOS

ADVOGADO, ESCRITOR, MEMBRO DA ACADEMIA PERNAMBUCANA DE LETRAS, MEMBRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE IMPRENSA – ABI, CURADOR DA FLIPORTO BRASIL, FLIPORTO PORTUGAL, FLIPORTO ARTE E PRESIDENTE DO CONSELHO DO JORNAL CORREIO DE PERNAMBUCO.

O PROTAGONISMO DAS CASAS PARALELAS NA FLIP



A Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) chega a mais uma edição reafirmando sua importância como um dos principais encontros literários do país. Como coordenador da Fliporto, faço questão de parabenizar a organização pela qualidade da programação oficial, que, ano após ano, mantém o compromisso com a literatura, o pensamento crítico e o debate de ideias.

A Fliporto, que completa 21 anos de história, nasceu logo em seguida à Flip. Desde o início, acompanhamos atentamente sua trajetória. Sempre observamos Paraty como um espaço de experimentação, inovação e reinvenção do fazer literário. Há muito o que aprender com uma festa que conseguiu consolidar sua marca no cenário cultural brasileiro.

Mas, nesta edição, um fenômeno chama mais atenção do que a própria programação oficial: as 42 casas paralelas.

O que antes era visto como programação alternativa tornou-se o centro da efervescência cultural da cidade. Editoras, coletivos, institutos, fundações, universidades e movimentos literários ocuparam Paraty com debates, lançamentos, encontros e experiências que ampliam o alcance da literatura muito além da agenda oficial.

O paralelo deixou de ser periférico. Tornou-se central.

Talvez este seja o maior legado da Flip contemporânea: compreender que a literatura não cabe mais em um único palco. Ela se espalha pelas ruas, pelos casarões, pelas praças e pelos encontros espontâneos. A pluralidade venceu o modelo único.

É curioso perceber que muitos visitantes organizam suas agendas priorizando justamente essas casas paralelas. Em vários momentos, elas concentram autores, público e discussões que repercutem tanto quanto, ou até mais, do que a programação principal.

A Flip oficial continua sendo essencial. É ela que ancora o evento, lhe confere identidade e prestígio. Mas seria um equívoco ignorar que a chamada programação paralela já não vive à sua sombra.

As 42 casas paralelas, na prática, transformaram-se na Flip real. São elas que ampliam fronteiras, democratizam vozes e mostram que a literatura brasileira é múltipla, diversa e impossível de ser contida em uma única curadoria.

Essa é uma reflexão importante para todos os festivais literários, inclusive para a Fliporto. Os grandes eventos do futuro talvez não sejam aqueles que concentram tudo em um único núcleo, mas os que conseguem estimular uma verdadeira rede de iniciativas independentes, conectadas por um mesmo propósito: fazer da literatura um espaço livre, aberto e vivo.

Quando o paralelo se torna central, todos ganham. Ganha o leitor. Ganha o escritor. Ganha a cidade. E, principalmente, ganha a própria literatura.

Casal tenta vender terreno de R$ 4,5 milhões em Porto de Galinhas e descobre que já está em nome de outra empresa

Um casal pernambucano que mora atualmente nos Estados Unidos descobriu que havia perdido, sem saber, a propriedade de um terreno avaliado em R$ 4,5 milhões, localizado na praia de Merepe, em Porto de Galinhas, no município de Ipojuca, Litoral Sul de Pernambuco. A fraude veio à tona quando os proprietários decidiram colocar o imóvel à venda e descobriram que ele já estava registrado em nome de uma empresa, apesar de nunca terem autorizado qualquer negociação.

O caso é investigado pela Polícia Civil de Pernambuco, que aponta a atuação de uma associação criminosa especializada em fraudes imobiliárias. Na última terça-feira (21), a corporação deflagrou a Operação Escritura Fria, cumprindo seis mandados de busca e apreensão contra investigados suspeitos de estelionato, falsificação de documento público, falsidade ideológica e associação criminosa. Entre os alvos estão dois advogados e dois despachantes.

As investigações tiveram início em março deste ano, depois que a advogada contratada pelo casal para conduzir a venda consultou a matrícula do imóvel no cartório de Ipojuca. Foi nesse momento que ela descobriu que já existia um registro de compra e venda em favor de uma pessoa jurídica.

Segundo a delegada Letícia Moreira, responsável pelo caso, os proprietários jamais realizaram essa negociação.

> "Ao contratar uma advogada para dar andamento à venda, ela descobriu, no cartório de Ipojuca, que já havia um registro de compra e venda, como se o casal tivesse transferido a propriedade para uma pessoa jurídica. As vítimas afirmaram que desconheciam essa negociação. Foi então que a advogada procurou a Delegacia de Ipojuca e demos início à investigação."

PROCURAÇÃO FALSA DEU APARÊNCIA DE LEGALIDADE

Durante a apuração, a Polícia Civil identificou que toda a negociação fraudulenta foi sustentada por uma procuração falsa, utilizada para dar aparência de legalidade à transferência do terreno.

Os investigadores localizaram uma procuração registrada em um cartório de Olinda. O documento foi submetido à perícia do Instituto de Criminalística, que concluiu que as assinaturas atribuídas ao casal eram falsas e que

DIVULGAÇÃO



os proprietários nunca concederam poderes para a venda do imóvel.

O aprofundamento das investigações revelou ainda que a procuração fraudulenta havia sido confeccionada em um cartório no Rio Grande do Norte.

Segundo a delegada, um dos investigados possui ligação familiar com o tabelião responsável pela unidade, circunstância que também está sendo apurada.

> "Quando aprofundamos a investigação, descobrimos que a procuração falsa foi confeccionada em um cartório no Rio Grande do Norte. Lá, o grupo tinha facilidade porque um dos integrantes é irmão do tabelião. A partir desse documento fraudulento, eles conseguiram dar aparência de legalidade à negociação do imóvel, utilizando diferentes cartórios para dificultar a fiscalização." Esquema tinha divisão de tarefas

De acordo com a Polícia Civil, o grupo criminoso atuava de forma organizada, com divisão de funções entre os envolvidos para dificultar a descoberta das fraudes.

Os investigados utilizavam diferentes cartórios em estados distintos para registrar documentos e realizar etapas da negociação, fragmentando os procedimentos e reduzindo as chances de identificação das irregularidades pelos órgãos de fiscalização.

A polícia acredita que esse mesmo método possa ter sido empregado em outras negociações imobiliárias, motivo pelo qual as investigações continuam para identificar novas vítimas e outros integrantes da organização criminosa. Imobiliária também foi enganada

Outro ponto descoberto durante a investigação foi que o terreno já estava sendo anunciado para venda por uma imobiliária.

Segundo a Polícia Civil, a empresa não tinha conhecimento da fraude e também foi considerada vítima do esquema, já que acreditava estar comercializando um imóvel cuja documentação aparentava estar regular.

PROPRIETÁRIOS RECORREM À JUSTIÇA

Enquanto a investigação criminal prossegue, o casal tenta reverter judicialmente a transferência do imóvel.

Na esfera cível, o terreno permanece registrado em nome da empresa beneficiada pela negociação considerada fraudulenta. A expectativa da Polícia Civil é que as provas reunidas durante a Operação Escritura Fria fortaleçam o processo judicial e permitam a restituição da propriedade aos verdadeiros donos.